



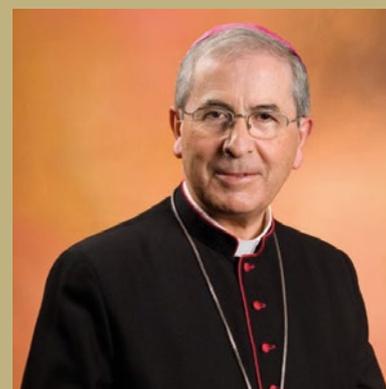
ENTREVISTA

PADRE LINO MAIA
Presidente da Confederação
Nacional das Instituições
de Solidariedade



ENTREVISTA

FÁTIMA MATOS
Diretora adjunta do Centro Distrital
da Segurança Social de Lisboa



ENTREVISTA

DOM JOSÉ TRAQUINA
Presidente da Comissão Episcopal
da Pastoral Social e Mobilidade
Humana



CONHEÇA A IPSS

**COMUNIDADE
VIDA E PAZ**



**COMUNICAR
MAIS
E MELHOR**

COMUNICAR MAIS E MELHOR



JOSÉ CARLOS BATALHA,
PRESIDENTE DA DIREÇÃO

É tempo de mudança! Já estamos (esperemos) a deixar para trás a pandemia e os seus pesados efeitos no dia-a-dia das IPSS e, por consequência, da União Distrital, em que tivemos de nos reinventar para dar as habituais respostas que todos esperam deste setor. Adaptamos procedimentos, recursos humanos, estruturas, fechamos portas e abrimos outras formas de atender, ajudar, de estar ao lado de quem precisou e precisa da nossa atenção e intervenção.

Agora, é tempo de perceber o que aprendemos e o que precisamos melhorar.

Para a UDIPSS Lisboa assume-se, claramente, uma prioridade: comunicação. Para dentro e para fora das IPSS.

Comunicar com os utentes, as famílias e os parceiros do setor Social. Comunicar com as entidades representativas da Economia Social, autarquias e governo. E chegar à opinião pública.

Não podemos continuar a dizer que o povo só se lembra de nós quando precisa. Temos de chegar até às pessoas, com uma comunicação assertiva, interessante, próxima. Dando voz aos interlocutores, às IPSS, aos seus dirigentes e não só. Este setor produz conhecimento, contribui para a economia, é o pilar do Estado social. A Valorização do que fazemos e dos nossos talentos tem de partir de dentro.

A UDIPSS Lisboa renovou as redes sociais e tem novas páginas de Facebook e Instagram. Sigam-nos e partilhem as nossas notícias! Mas também partilhem connosco as vossas notícias para que a Comunicação seja mais rica e abrangente.

Avançamos também com este Boletim, em formato digital e com periodicidade trimestral.

Nesta primeira edição apresentamos três perspetivas fundamentais: da Segurança Social, da CNIS e da Igreja Católica. Seguramente, este será um início promissor! ●●

CONCERTO DE SOLIDARIEDADE PARA REFUGIADOS DA UCRÂNIA

O Centro Social Paroquial da Azambuja recebeu, no dia 20 de março, um espetáculo para angariar donativos para apoiar as famílias ucranianas que foram acolhidas no município. O espetáculo contou com a atuação da banda do Centro Cultural Azambujense e com a participação especial de dois jovens músicos ucranianos (dois irmãos refugiados acolhidos por uma família de Alcoentre).



@FOTOS: ANTÓNIO RIBEIRO



PERFORMANCE TEATRAL MACABÉAS

O Centro de Promoção Juvenil Casa da Estrela e a Associação Artístico-cultural Às de Acaso, em parceria com as Bibliotecas de Lisboa - BLX, apresentaram, na Biblioteca de Marvila (no mês de Março), uma performance teatral chamada "MACABÉAS", inspirada na obra "A Hora da Estrela" de Clarice Lispector.

Este projecto de intervenção pedagógica teve como propósito desenvolver a capacidade de interacção, concentração, disciplina com prazer e auto-estima das jovens acolhidas, através das aulas de teatro. Bullying, redes sociais, violência doméstica, racismo e homofobia foram alguns dos temas trabalhados nesta peça teatral, que irá ter mais apresentações.



III CONGRESSO EUROPEU SOBRE UMA JUSTIÇA AMIGA DAS CRIANÇAS



Organizado pela associada ComDignitatis, o Congresso decorreu nos dias 4 e 5 de maio, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa. O programa contou com oradores de várias entidades, como a Procuradoria-Geral da República, Ordem dos Advogados, Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, Instituto da Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Centro de Estudos Judiciários, Centro de Direito da Família da Universidade de Coimbra, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Universidade Atlântica, Casa Pia de Lisboa e a CrescerSer – Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família.

Na sua intervenção, a presidente da CNPDPCJ, Rosário Farmhouse, anunciou que cerca de três mil famílias estão disponíveis para receber crianças ucranianas refugiadas.



“URGE RECONHECER A AUTONOMIA DAS IPSS”

Natural de Vila do Conde, o Padre Lino Maia cumpre o quinto mandato como presidente da CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade.

Em entrevista ao Boletim UDIPSS Lisboa, defende a revisão dos estatutos das IPSS, para se reconhecer a autonomia e esclarecer a questão da tutela.

E reforça a necessidade de ser cumprido o Pacto de Cooperação para a Solidariedade, revisto em 2021.

Como vê o papel da CNIS e das suas Uniões Distritais?

A CNIS é o conjunto das suas 3.049 associadas de base, das suas 4 federações e das suas 20 Uniões (17 Distritais e 3 Regionais). Sublinho particularmente estas Uniões, entre as quais está a UDIPSS-Lisboa, que tem uma ótima Direção e uma notável atividade. Este conjunto corresponde a cerca de 60% do Sector Social e Solidário, responsável por 73% da ação social no País em prol de crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência, nas áreas da educação, emprego, proteção social e saúde. A CNIS e as suas Uniões Distritais ou Regionais apoiam, congregam, dão vez e voz, dinamizam, representam e... servem.

Que dossiers tem em agenda para analisar com o novo governo e nova equipa do Ministério da Segurança Social?

Há dossiers que têm especial importância e lideram as preocupações. O primeiro é o da sustentabilidade do Sector. Em anos sucessivos, cerca de 50% das Institui-

ções têm resultados negativos porque os cerca de 33% de participações familiares para os custos das Instituições somados aos cerca de 38% das participações públicas são manifestamente insuficientes para a prossecução dos seus serviços. Não é às famílias que se vai exigir mais porque a missão das Instituições é privilegiar as pessoas mais carenciadas. Celebrado em 23 de dezembro último, o Pacto de Cooperação para a Solidariedade abre uma janela de esperança, mas urge executar o que ali se anuncia (participação mínima do Estado em 50% dos custos das Instituições, mínima porque há valências em que a participação pública tem de ser superior ou total, como é o caso das valências de apoio a pessoas com deficiência ou os Lares de Infância e Juventude). Outros dossiers são o da revisão do regime fiscal do Sector, a consignação de um imposto para a proteção social e maiores compromissos do Ministério da Educação e da Saúde com o Sector, nomeadamente por causa das Creches e do Pré-escolar, dos Cuidados Continuados Integrados e das valências de apoio a Idosos... →

Mas há outros dossiers, nomeadamente o da revisão dos estatutos das IPSS no sentido de assegurar a sua consistente autonomia.

Como avalia o processo de descentralização de competências na Área Social? Desafios e dificuldades?

Convenhamos que o processo de descentralização de competências nasceu mal e está a ser mal conduzido. Se em relação à Carta Social não há muito a dizer – mas não pode ser concebida a Carta Social sem o envolvimento das IPSS que são verdadeiro pilar do Estado Social -, no que concerne ao CLDS, ao Acompanhamento do RSI e ao SAAS, com maior ou menor envolvimento, aí já as IPSS têm vindo a ter um papel muitíssimo destacado, com serviços estabelecidos e conhecimentos consolidados. Não podiam ser ignoradas, para serem criados novos serviços pelas autarquias, com novos e maiores custos e, talvez, com piores serviços e provavelmente mais clientelares. Também não está a ser acautelada a hipótese de haver autarquias que não assumam tais competências nem o Estado está a querer assumir a sua obrigação de minorar os custos com a extinção de serviços para os quais ele próprio cativou as IPSS. Agora há custos com o encerramento de tais serviços, nomeadamente, mas não só, com os despedimentos de trabalhadores.

Ao assumir tais competências e para minorar os efeitos perversos, as autarquias deveriam celebrar acordos de cooperação com as Instituições que já estão a assegurar tais serviços, valorizando os seus conhecimentos e a sua experiência e evitando despedimentos sempre custosos. A CNIS já atuou junto de todas as autarquias e do Instituto de Segurança Social, quer nesse sentido quer para que o ISS venha a assumir os custos com despedimentos que ninguém deveria querer...

Como encara a questão da “tutela” do Estado face às IPSS? Foi uma das propostas que a CNIS apresentou aos partidos políticos, nas últimas eleições legislativas...

Quando anteriormente falava da revisão dos estatutos das IPSS queria também referir-me à questão da tutela. Apesar de prestar serviço público e de dispensar bens públicos, as IPSS não são serviços do Estado. Servem o Estado, mas não são serviços do Estado. Aqui não pode haver qualquer tutela. Os atuais Estatutos são confusos. Urge reconhecer a autonomia das IPSS.



“Pacto de Cooperação para a Solidariedade abre uma janela de esperança”

O Pacto de Cooperação para a Solidariedade foi revisto no final de 2021. O que está em causa para as Instituições?

O primeiro Pacto foi assinado em 19 de dezembro de 1996. Há 25 anos, portanto. Então, havia cerca de um terço de serviços e equipamentos relativamente aos existentes nos dias de hoje. Muito se evoluiu no Sector e muito ele cresceu. Quando foi assinado o primeiro Pacto, o Primeiro Ministro de então, Eng.º António Guterres, assumia a intenção de o Estado nunca participar nos custos das Instituições abaixo dos 50%. Hoje participa em cerca de 38%. Fundamentalmente, o novo Pacto tem em atenção o crescimento e a evolução do Sector e, por escrito, garante que o Estado vai reassumir o seu compromisso de participar em 50% nos custos das Instituições para que elas não se desviem da sua missão. Acautelando, contudo, que há valências e serviços em que o Estado tem de participar em mais dos que os



50% ou mesmo totalmente, como é o caso dos Lares de Infância e Juventude...

Feitas as contas, se o Estado pagasse já a participação de 50%, representaria um alívio financeiro imediato para as Instituições ou ainda são precisos apoios extraordinários?

São necessários outros apoios. Se o Estado participar em 50% e como as famílias participam em cerca de 33% ainda há 17% a descobrir. As autarquias devem assumir as suas responsabilidades – também estão ao serviço das pessoas -, e a comunidade não pode alhear-se daquilo que ela cria e de que precisa encarecidamente...

Já é presidente da CNIS desde 2006. O que tem sido mais difícil e o que tem sido mais fácil?

Com que ministro(a) foi mais fácil negociar?

O mais difícil foi mostrar que o modelo social português,

em que há um inestimável envolvimento da comunidade, no contexto europeu é único e modelar. Se havia muita gente e Partidos que ontem defendiam que o Estado devia chamar tudo a si, hoje já ninguém contesta a exemplaridade do modelo português. É o melhor e o que tem um futuro melhor para a comunidade.

O mais fácil, melhor, o mais gratificante tem sido a união das equipas dirigentes. Todos voluntários e todos dedicados com alma, coesão e coração. E aproveito a oportunidade para me congratular com o facto de a CNIS ter um Presidente da Mesa da Assembleia Geral com pensamento, dedicação e que goza do respeito de todos os dirigentes e Instituições.

Negociações com ministros? Têm sido sobretudo com ministros do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Saúde e Educação. Mais com o primeiro Ministério. E por aí já passaram vários ao longo destes anos: José António Vieira da Silva, Maria Helena dos Santos André, Pedro Mota Soares e Ana Mendes Godinho. São públicos o meu apreço por uns, a minha amizade com outros e a minha lealdade com todos...

Quer recordar algum “marco” dos seus mandatos, que tenha sido particularmente relevante?

Talvez o “marco” mais importante seja o da afirmação do Sector Social e Solidário. Mas também gostaria de sublinhar que todas as equipas que tenho integrado têm-se distinguido pela lealdade com todos os governos, independentemente das suas orientações ideológicas. Cooperação, diálogo e serviço parecem-me ser as marcas dos vários mandatos. E assim continuará a ser, certamente, sejam quais forem as equipas que sucederem à atual equipa...

De que forma a CNIS aposta na Comunicação, para chegar ao público em geral?

A melhor comunicação é o serviço resiliente e persistente. Mas a CNIS tem muito bons instrumentos de comunicação. Para a cidade (interna) e para o mundo (externa). Sem obsessão mas com afirmação. É também essa a forma de estar e comunicar da UDIPSS-Lisboa.

O que gostaria de ver concretizado neste mandato à frente da CNIS?

Falta menos de um ano para o fim do mandato. O meu maior desejo é o de ver acautelada a sustentabilidade e assegurada a autonomia das Instituições de Solidariedade... ●●



“O ATENDIMENTO/ ACOMPANHAMENTO SOCIAL É UM SERVIÇO PARA TODOS OS CIDADÃOS”

Fátima Matos assumiu funções de diretora adjunta do Centro Distrital da Segurança Social de Lisboa em Julho de 2019. Nesta entrevista ao Boletim UDIPSS Lisboa, fala dos desafios, da resposta à pandemia Covid, do acolhimento aos refugiados ucranianos e também das dificuldades financeiras das instituições, do processo de descentralização de competências na área social e do papel do Estado, não em termos de tutela mas traduzido no conceito de parceria público-solidária.

Quais são os principais desafios que se apresentam para a Segurança Social do distrito de Lisboa?

Os desafios que o Centro Distrital de Lisboa, do Instituto da Segurança Social (ISS), enfrenta são de alguma forma transversais aos que se apresentam aos restantes centros distritais e que, focando-me naquelas que são as minhas áreas de responsabilidade, identifico, por exemplo, a presença contínua da necessidade de apoio aos grupos sociais mais frágeis, nomeadamente as crianças e jovens em situação de risco e perigo, os idosos, as pessoas com deficiência e, bem assim, todas as pessoas e famílias económica e socialmente vulneráveis ou em risco de exclusão. Nestes últimos também incluem os migrantes, refugiados e beneficiários de proteção internacional para os quais a intervenção de todos e, por maioria de razão, destes serviços é também essencial. São sucessivos os grupos em causa como sabem e basta referir a recente receção de cidadãos do Afeganistão e claro, agora, da Ucrânia.

Há um antes e um depois da pandemia? O que mudou, na sua opinião?

O coronavírus tornou imperativa a necessidade de rever as prioridades, trazendo para o centro da reflexão novas formas/modelos de apoio e serviços a prestar, a contínua necessidade de qualificação das respostas existentes sobretudo junto daqueles que se encontram em circunstâncias de maior desproteção e vulnerabilidade, garantindo também a sua eficácia, e evidenciou a necessidade de valorizar e qualificar os trabalhadores afetos ao funcionamento das respostas sociais, sobretudo as de carácter residencial.

São preocupantes, como sabemos, os indicadores relativos à saúde mental que apontam para níveis significativos de propensão para ansiedade e depressão, e o acentuar das demências associadas aos impactos da pandemia. Importa assinalar, no entanto, que as políticas de proteção extraordinária implementadas pelo Governo ao longo das piores fases da pandemia tiveram impacto positivo, contribuindo para conter o aumento da pobreza e da desigualdade e reduzindo significativamente os piores impactos.

Que balanço faz do combate à pandemia COVID, do ponto de vista da Segurança Social do distrito de Lisboa? Como foi articulada a atuação da Segurança Social e das IPSS?

Faço um balanço positivo da intervenção conjunta e articulada de todos os parceiros, seja os da administração central, da local e, claro, do setor social e, infelizmente, um balanço negativo face à perda de vidas humanas e ao impacto na saúde e na vida social de todos, de que estamos ainda a iniciar a recuperação.

No Distrito de Lisboa, a Segurança Social procurou ser um parceiro ativo, presente e mesmo muitas vezes motor da implementação de medidas e estratégias com vista à mitigação da propagação do vírus, mas também na implementação de estratégias e metodologias de acompanhamento com vista ao apoio à manutenção da qualidade dos cuidados prestados aos utentes e no apoio incondicional aos profissionais dos equipamentos sociais e Direções.

Foi sempre possível contar com as Autoridades de Saúde e de Proteção Civil municipal, numa parceria de →

proximidade com capacidade de articulação e ação célere que se mantém até aos dias de hoje. O trabalho desenvolvido pelas equipas da Segurança Social no terreno, quer no apoio à população mais vulnerável, quer no acompanhamento aos equipamentos sociais foi, julgo, amplamente reconhecido por todos os parceiros.

Face à crise pandémica com forte impacto na rede de equipamentos sociais, sobretudo nos grupos populacionais de maior risco institucionalizados em estruturas residenciais e outras, foram definidas áreas de atuação e delineados os respetivos protocolos de atuação e de acompanhamento, com a forte participação dos nossos serviços, das quais destaco as seguintes - Ativação de equipamentos sociais, municipais ou outros, sempre que, face à ocorrência de surtos, se justificasse a evacuação dessas respostas; disponibilização de equipamentos de proteção individual (EPI).

Também no importante reforço dos recursos humanos das respostas sociais de caráter residencial em situação de surto, nomeadamente com a ativação de funcionários municipais das redes locais de parcerias, com equipas criadas pela Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), no âmbito de protocolo celebrado com o ISS,IP, e na ativação de Brigadas de Intervenção Rápida (BIR). Foram ainda implementadas operações de realização de testes ao SARS-Cov2 junto das respostas sociais. Fomos parceiros ativos da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, nas sucessivas campanhas de vacinação contra o SARS-CoV-2, junto dos profissionais e utentes das respostas sociais residenciais e da área da infância.

O acolhimento aos refugiados ucranianos coloca, mais uma vez, as IPSS na linha da frente. Como tem corrido este processo? Quais são os próximos passos?

A entidade coordenadora da ação humanitária para o acolhimento de cidadãos deslocados da Ucrânia, em consequência da guerra, é o Alto Comissariado para as Migrações (ACM). Mas, como sempre, a participação dos serviços da Segurança Social é imprescindível para a garantia de um eficaz acolhimento e de um sequente bom percurso de integração social e, evidentemente, a participação de todas as instituições que constituem o setor solidário é natural, dados os seus fins, mas mais do que isso igualmente imprescindível neste esforço que nos envolve a todos na sociedade Portuguesa.

E desse concurso do setor solidário neste esforço comum, na senda da habitual articulação com os serviços do ISS, são já exemplo os novos protocolos celebrados para as necessidades de alojamento de emergência, visando a criação de Estruturas de Alojamento Coletivo, já que se desconhece a extensão do fluxo de pessoas que irão ser acolhidas em Portugal, em consequência desta horrível guerra.

Assinalo também o acolhimento que as instituições estão a promover nas respostas sociais que desenvolvem, donde destaco a integração em Creche e CATL, de crianças Ucrainas ou vindas da Ucrânia, já em resultado da medida deste Ministério de alargamento excecional e temporário da capacidade formalmente definida para as respostas em causa, com a correspondente comparticipação financeira no âmbito dos acordos de cooperação em vigor.

E, claro, que é também bem visível a participação de muitas instituições em iniciativas locais que concorrem para este desígnio de bem acolher estas pessoas/famílias no nosso tecido social.

Voltando à Segurança Social integramos o atendimento conjunto com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) que visa a primeira abordagem à avaliação da situação de cada pessoa/família como base para a sequente disponibilização do apoio social necessário, da orientação profissional adequada, entre outras equipas que integramos com o ACM na receção de refugiados à chegada ao Distrito e no atendimento dos CLAI.

O Pacto de Cooperação para a Solidariedade foi revisto em 2021. Na sua opinião, quando poderá ser cumprido, para garantir o apoio financeiro às IPSS?

Julgo que um documento como o Pacto, um contrato consensualizado entre todos os seus signatários, onde se integra a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, para 10 anos, vai-se cumprindo como o anterior, com todos a desenvolver os seus esforços para cumprimento das obrigações e responsabilidades aí assumidas. O Pacto é assim responsabilidade de todos e contempla já a transferência de competências no domínio da ação social para os municípios, processo assumido como um dos pressupostos do documento.

Da parte destes serviços continuaremos a assegurar a execução das nossas responsabilidades concorrendo para o melhor resultado possível em todas as matérias da cooperação com as instituições de solidariedade social.

As dificuldades financeiras das IPSS não são de agora. Tem recebido mais relatos de dificuldades ou não? O Governo devia apoiar mais a economia social (pilares sociais do Estado social)?

Como sabem, o ISS, os seus serviços e evidentemente o Centro Distrital, estão continuamente atentos à realidade da vida das instituições de solidariedade e às suas dificuldades bem como aos seus sucessos e realizações.

O apoio à economia social é contínuo e vai sendo objeto de melhoria e adequação, de acordo com os recursos existentes

“O Pacto (de Cooperação para a Solidariedade) é assim responsável de todos e contempla já a transferência de competências no domínio da ação social para os municípios”

e, esse processo é, como sabemos, participado pelas uniões representativas das instituições que negociam periodicamente com os Governos o Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, ficando aí determinado o financiamento e novo enquadramento normativo que será aplicado no âmbito da cooperação no biénio/ano em causa. O Programa PARES e agora o PRR vêm reforçar o apoio ao investimento do setor social e solidário.

O que defende para a valorização dos trabalhadores do setor da Economia Social? Os salários são baixos e a exigência profissional é grande...

Sabemos efetivamente que é necessário continuar e intensificar as medidas e estratégias que conduzam à valorização e à qualificação dos trabalhadores deste setor, principalmente, os que asseguram o funcionamento das respostas sociais para que o serviço prestado aos seus utentes, os mais vulneráveis e também os que representam o futuro, sejam bem cuidados como todos desejamos.

Cá estaremos, os responsáveis e as nossas equipas, para cumprir a nossa parte nas medidas e programas criados com este objetivo como consta, no Pacto e também no Programa do atual Governo.

No processo de descentralização de competências, com é que a Segurança Social acompanha a transferência da Ação Social no distrito de Lisboa? Como ficam as instituições que investiram em serviços que agora podem passar para as autarquias?

Este Centro Distrital, como todos os serviços do ISS, estão ativamente a colaborar em todas as fases, procedimentos, trabalhos em curso, para garantia de uma transição bem-sucedida na assunção de responsabilidades em matéria de Ação Social por parte dos municípios.

Como sabem e como previsto no quadro legal, integramos as Comissões de Acompanhamento, em conjunto com os municípios, que têm a responsabilidade de definir a forma de articulação entre cada centro distrital territorialmente competente e a câmara municipal, por forma a garantir-se não só

a continuidade do acompanhamento das pessoas e famílias que pela sua condição de fragilidade social não podem ver interrompido a garantia do apoio de que necessitam, bem como o acesso a todos os cidadãos em geral. É importante tornar claro que o atendimento/accompanhamento social é um serviço para todos os cidadãos, e não apenas para aqueles que vivem a exclusão social num sentido mais restrito ou estrutural. Trata-se de um serviço que não só responde a quem se encontra numa situação severa de vulnerabilidade, mas também acolhe quem precisa de um atendimento pontual para aceder a garantias e recursos no quadro do Estado de Direito Democrático.

O ISS, os seus serviços e este Centro Distrital, encaram este desafio com muito entusiasmo e vontade de concorrer para o seu sucesso, que acreditamos estar garantido pela clara mais valia da proximidade do conhecimento e de decisão que os municípios aportam a estas responsabilidades. Efetivamente assumimos uma atitude de total disponibilidade e de partilha de conhecimento e experiência, a todos os níveis onde se inclui com grande destaque o das nossas equipas locais responsáveis pelo Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, matéria presentemente em causa na transferência de competências.

Como vê a questão da “tutela” do Estado face às IPSS?

Parece-me que não há lugar a destacar como questão a tutela do Estado sobre a atividade do setor social, já que, no dia-a-dia, o que está efetivamente em questão na relação entre os serviços do ISS, públicos, e as instituições, se encontra bem traduzido no conceito de parceria público-solidária, como é possível verificar-se no texto do próprio Pacto, pese embora se encontre em muitos outros textos normativos, eventualmente por vezes com alguma diferenciação nos termos.

Qual o seu compromisso para apoiar a Economia Social e as IPSS?

O meu compromisso é um só: cumprir a minha quota parte de responsabilidade nas prioridades estratégicas do ISS, entre as quais destaco o Reforço do Combate à Pobreza e às Desigualdades, a Promoção da Qualidade dos Serviços e Respostas Sociais e o Reforço do Acesso aos Serviços e Equipamentos, porque ao fazê-lo vou, com certeza, contribuir para melhores condições de funcionamento e desenvolvimento do setor social e das suas instituições que trabalham no Distrito no seu papel de parceiro na cooperação com a Segurança Social, como estabelece o quadro normativo em vigor, designadamente a Portaria 196-A de 2015 na sua mais recente redação, e conseqüentemente assim conseguirmos a prossecução do interesse público. ●●



“ESPERO QUE O PACTO DE COOPERAÇÃO SEJA A REFERÊNCIA PARA A SOBREVIVÊNCIA DO SETOR SOCIAL”

Dom José Traquina tomou posse na diocese de Santarém a 25 de novembro de 2017 e é presidente da Comissão Episcopal da Pastoral Social e Mobilidade Humana. Em 10 respostas ao Boletim UDIPSS Lisboa, fala do drama dos refugiados e do desejo de paz para o regresso dos ucranianos ao seu país, do impacto da pandemia COVID na sociedade e nas instituições nacionais, da importância do Pacto de Cooperação e enumera os desafios que, na sua opinião, se colocam a Portugal.

O drama dos refugiados ucranianos entrou nas nossas vidas. Como tem acompanhado este conflito? Como avalia a resposta dos países e, em particular, de Portugal?

Tenho acompanhado com preocupação e com esperança. Com preocupação no sentido de que tenham o melhor acolhimento e parece-me que tem havido muita generosidade e apoio para que se sintam bem acolhidos em Portugal. Relativamente a outros países, é grandioso o testemunho da Polónia com milhares de centro de acolhimento de refugiados ucranianos. A esperança que nutro é pelo fim da guerra e as condições de paz para que os ucranianos possam voltar ao seu país e as pessoas e as famílias possam estar juntas e no seu espaço, apesar das muitas dificuldades pelas habitações destruídas.

As guerras, as alterações climáticas, entre outras situações, obrigam muitas pessoas a deixar as suas casas e procurar segurança noutros locais. A mobilidade humana tem cada vez mais desafios, na sua opinião?

Segundo a Organização Internacional para as Migrações, o número de migrantes internacionais no mundo é de 272 milhões de pessoas. No ano 2000, a mesma Organização

referia 150 milhões de pessoas. Temos, assim, em vinte anos, um aumento de 122 milhões de pessoas migrantes e refugiados no mundo. A mobilidade humana é um fenómeno de todos os tempos. Mas, por razões especiais, vai aumentando o número de migrantes e refugiados: guerras, conflitos, instabilidade social, crises económicas, aumento de pobreza social e risco de pobreza e também os efeitos das alterações climáticas onde a natureza deixou de produzir os bens alimentares que antes produzia. Esta é uma realidade a que não podemos ser indiferentes.

Há um antes e um depois da pandemia COVID? Considera que o país, os portugueses, mudaram para melhor?

A pandemia levou-nos a uma aprendizagem e a novas ou maiores considerações. Nomeadamente, a importância do núcleo da família, a valorização do Serviço Nacional de Saúde e dos profissionais de saúde e de serviços afins, das Instituições de Solidariedade Social e similares que prestaram com os seus Lares uma boa defesa das pessoas idosas, graças à boa vontade dos seus colaboradores. Também foram relevantes as autarquias, os Grupos sócio caritativos que mantiveram apoios e as empresas que →

lutaram para subsistir. Também houve uma grande aprendizagem com as transmissões, as muitas reuniões através das plataformas digitais e o teletrabalho a partir da residência.

A pandemia levou-nos à experiência da privacidade de vários aspetos da nossa liberdade ainda não completamente superados. A impossibilidade do convívio entre pessoas da mesma família, entre avós e netos, a impossibilidade de acompanhar as pessoas hospitalizadas e de fazer o acompanhamento normal nos funerais, deixou-nos em grande tristeza, na sensação de quem perde a alegria e o sentido da vida. É bom aproveitar a pandemia para valorizar a vida e todos os dinamismos e organizações de defesa e cuidado da vida humana em família e em sociedade.

Em Portugal, as Instituições do Setor Social foram chamadas à primeira linha na pandemia COVID, assim como agora para o acolhimento dos refugiados da guerra na Ucrânia. Esse trabalho é reconhecido, valorizado e apoiado, na sua opinião?

É um trabalho reconhecido mas não suficientemente apoiado. No tempo agudo da pandemia as Instituições sociais tiveram necessidade de assegurar as condições de trabalho e segurança dos seus utentes e colaboradores e, para isso, tiveram mais custos no serviço. Também agora, na receção dos ucranianos refugiados da guerra, manifestaram a disponibilidade para o acolhimento possível. O que se passa é que na maioria das IPSS não existe almofada financeira para dar estabilidade à gestão corrente muito menos ainda para enfrentar despesas extraordinárias.

O Pacto de Cooperação para a Solidariedade foi revisto em finais de 2021. Como avalia o papel do Estado no apoio financeiro ao Setor Social, tendo em conta que a comparticipação está (ainda) longe dos previstos 50%?

A intenção parecia ir no bom caminho de, progressivamente, o Estado ir aumentando a comparticipação para chegar até aos 50% do custo dos serviços prestados. Portanto, espero que o Pacto de Cooperação seja a referência para a sobrevivência do Setor Social. Entretanto, surgiu a guerra na Ucrânia e, conseqüentemente, os seus efeitos transversais na economia. Temos, assim, uma dificuldade acrescida, uma intenção de subida de comparticipação por parte do Estado poderá ficar absorvida pela inflação dos preços e ficar frustrada a intenção do Pacto de Cooperação.

A função do Estado, ou melhor, do Governo de Portugal, é fundamental para se conseguir uma sociedade mais



“O que se passa é que na maioria das IPSS não existe almofada financeira para dar estabilidade à gestão corrente muito menos ainda para enfrentar despesas extraordinárias”

justa. Para isso, não basta os resultados do crescimento da economia do país. É necessário uma sociedade mais equilibrada nos rendimentos das pessoas e das famílias, e uma atenção às Instituições que asseguram e são uma referência de bem e segurança para as populações. O efeito da fragilidade da classe economicamente remediada em Portugal chegou às Instituições, que não têm o apoio suficiente da sociedade envolvente para responderem aos custos dos serviços que prestam.

O setor da Economia Social continua a ser visto como “caridade”?

O conceito de ‘Economia Social’ não é claro para o comum dos cidadãos e o conceito de ‘caridade’ é habitualmente visto pela negatividade da esmola que deixa tudo na mesma. Tanto quanto sei, a ‘Economia Social’ não é nenhuma entidade a que se pertence, mas um conjunto de princípios comuns de atuação em contexto de Economia global que identificam diversas entidades. Quanto



Como avalia os Centros Sociais Paroquiais espalhados pelo país? O que deve mudar ou melhorar?

Os Centros Sociais Paroquiais são um bem na sociedade portuguesa. Encontram-se nas Paróquias mais recônditas das Dioceses de Portugal. Deve mudar o critério dos acordos de cooperação, pois um Centro Social de uma zona interior do país tem de ser avaliado diferentemente de outro de uma grande cidade. Mas estão numa fase de grande preocupação acentuada com a alteração do número de habitantes. Em muitas Paróquias acontece o fenómeno global: baixa a população e aumenta o número de pessoas idosas.

Enquanto Bispo da Pastoral Social, que desafios considera que se colocam a Portugal nesta altura?

Refiro apenas alguns aspetos da vida da sociedade a que sou especialmente sensível. Assim, considero necessário:

- Um objetivo global, traçado pelo Governo, com prazo marcado, para reduzir o número de pessoas pobres e em risco de pobreza em Portugal. Nos últimos dez anos aumentou o número de pessoas ricas em Portugal e aumentou o número de pessoas pobres. Nesta altura, a inflação já atinge a vida das famílias e com preocupações maiores nas famílias mais pobres.
- Controlo sobre as condições dos migrantes estrangeiros a trabalhar em Portugal. É uma realidade à margem da missão dos sindicatos e que requer fiscalização para defesa das pessoas e da sociedade.
- A valorização do cuidado pelas pessoas doentes, pessoas com deficiências e pessoas idosas e fragilizadas. Se queremos uma sociedade justa e desenvolvida, todas as pessoas têm de ser consideradas, e é nesta situação que se encontram um grande número de pobres. A doença não é uma maldição, é uma limitação que pede e exige da sociedade a justiça e a bondade.
- Valorizar e motivar a participação da sociedade civil no desenvolvimento económico, social e cultural do país. A indiferença social associada ao consumismo reinante, não ajudam a edificar o bem comum da sociedade.
- Promover a reflexão sobre a sociedade que queremos para não se tornar uma sociedade de escravos. Em Portugal aumentou a violência doméstica, o abuso de crianças, o consumo de drogas pesadas e de álcool e a denúncia de exploração humana.
- Proximidade com a realidade para motivar a criatividade de soluções. "A realidade é mais importante do que a ideia" (Papa Francisco). ●●

à 'caridade', basta que a traduzamos por 'bondade' e ela torna-se imprescindível em tudo o que é por bem, até mesmo na governação política.

A expressão Economia Social não é vista como 'caridade', mas é bom que os seus princípios sejam divulgados para os confrontar com os objetivos e a identidade de cada instituição.

Em relação à opinião pública, que valências da Economia Social as pessoas mais valorizam? E as que são mais "esquecidas"?

As Valências que as pessoas mais apreciam nas Instituições Sociais são as que se referem à sua direta necessidade de natural: na infância, na saúde e na velhice.

O que defende para a valorização dos trabalhadores das Instituições?

A sua formação e participação e o aumento de remunerações.



COMUNIDADE VIDA E PAZ

A Comunidade Vida e Paz é uma IPSS, canonicamente ereta, criada em 1989 pela ação de um grupo de oração liderado pela irmã Maria Gonçalves. A sua ação é inspirada e orientada pela Doutrina Social da Igreja e tem como Missão ir ao encontro das pessoas em condição de sem-abrigo ou em situação de vulnerabilidade social, ajudando-as a recuperar a sua dignidade e a (re) construir o seu projeto de vida, através de uma ação integrada de prevenção, reabilitação e reinserção.

Ao longo dos 33 anos de atividade e em complemento da intervenção e contacto diário com a população sem-abrigo da cidade de Lisboa – através dos cerca de 600 voluntários que constituem as “Equipas de Rua”- conseguiu criar e assegurar o funcionamento de um conjunto de estruturas e respostas que lhe permitem acolher e oferecer condições de reabilitação e alojamento a todos ou grande parte daqueles que - contactados nas ruas ou que, por iniciativa própria - solicitam apoio e aceitam o convite para sair da situação em que se encontram, encetando o processo de

reabilitação com vista à sua autonomização e re/inserção na sociedade, como cidadãos de pleno direito. Para tal conta com as seguintes respostas:

- Um Centro de intervenção de primeira linha (CIPL) que integra 2 Unidades de acolhimento, avaliação e encaminhamento (Espaço Aberto ao Diálogo - EAD) em Lisboa e na Amadora. Três equipas de Técnicas de rua, no âmbito dos protocolos de parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, Amadora, Loures e Odivelas. Uma Equipa de Intervenção direta no EAD em Lisboa e as Voltas da Noite asseguradas por voluntários e ainda uma Unidade Integrativa – Centro de Alojamento Temporário para 40 PSSA (Pessoas em Situação de Sem Abrigo) e animais. Dispõe, também de quatro Apartamentos Partilhados de 1.ª Linha (2 em Loures, 1 na Damaia e 1 na Amadora);
- Duas Unidades de Reabilitação Terapêutica (na Venda do Pinheiro/Mafra e Fátima) para tratamento, em regime re-

sidencial, de toxicodependente e alcoólicos - com ou sem doença mental concomitante - com 135 lugares licenciados pelo Ministério da Saúde.

- Duas Unidades de Reabilitação Social/Comunidade de Inserção (na Sapataria/Sobral de Monte Agraço e Venda do Pinheiro/Mafra), com 84 lugares, para consolidação da autonomia e qualificação profissional, objeto de Acordos de Cooperação com o Ministério do Trabalho e Segurança Social;

- Seis Apartamentos/Residências para cerca de 40 utentes (Venda do Pinheiro/Mafra, Leiria, S. Pedro da Cadeira, Torres Vedras, Parede/Cascais e Odivelas) para apoio no alojamento aos que, concluído com sucesso o processo de tratamento/reabilitação, carecem, transitoriamente, deste tipo de apoio.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS - DADOS DE 2021:

Pessoas apoiadas: Média diária de 485 PSSA apoiadas pelas equipas voluntárias de rua, às quais foram distribuídas 177.310 ceias;

Voluntários: O contacto diário com as pessoas que pernoitam nas ruas é assegurado por equipas de voluntários identificados com a Missão da Instituição que, revezando-se, distribuem diariamente uma ceia, quebram a solidão e através da relação de confiança que estabelecem motivam

para a mudança de vida. São presentemente à volta de 600 os voluntários que asseguram este tipo de intervenção, distribuídos pelas 4 equipas diárias e que vão ao encontro das PSSA, em cerca de 100 locais em Lisboa e Amadora.

Especialmente nas comunidades de reabilitação e comunidades de reabilitação social, existe carência de voluntários para a realização de atividades, de escuta e de “serem família”.

Colaboradores: A intervenção nas unidades de acolhimento, tratamento, reabilitação e apoio no alojamento é assegurado por um corpo de profissionais de formação técnica multidisciplinar apoiado por um número mais reduzido de profissionais da área administrativa e auxiliar. São presentemente 150 os profissionais que, nas unidades de intervenção direta e nos serviços centrais, garantem o funcionamento dos serviços prestados.

Parceiros relevantes: A Comunidade conta com a ajuda de inúmeros benfeitores, tanto particulares como empresariais, que apoiam monetariamente, com géneros e com oração. Existem alguns benfeitores com volume de apoio mais expressivo, mas consideramos com igual dignidade todos os que nos ajudam.

Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023:

A implementação da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023 tem-se revelado como um instrumento fundamental →





na procura de soluções de reorientação do sentido de vida das pessoas em situação de sem-abrigo. Por um lado, permitiu saber quem são, onde estão e circunstâncias, ou seja, termos uma fotografia do País em relação a esta problemática social. Por outro possibilitou uma coordenação mais eficiente entre as organizações envolvidas e finalmente criou novas respostas e potenciou outras já existentes.

Mas não tenhamos ilusões, existirão sempre Pessoas em Situação de Grande Debilidade que necessitam de apoio e até porque a estratégia não responde a novas situações, que temos sinalizadas, decorrentes de novas dinâmicas sociais, tendo-se registado um acentuado aumento de PSSA com problemáticas de saúde mental, maior dependência física e maior idade, o que invalida, em muitos casos, a sua autonomização e reinserção na sociedade e para as quais presentemente não existem respostas sociais adequadas.

O FUTURO

Em relação ao futuro, é preocupação da direção a sustentabilidade financeira da Instituição, a par com o bem das Pessoas que confiam em nós, pois sem sustentabilidade financeira não conseguimos prestar serviços de qualidade. Tendo a CVP financiamento, essencialmente, de contributos de benfeitores e de protocolos com os ministérios do

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e com o ministério da Saúde, neste último existe uma situação que é necessário denunciar. Os valores constantes no protocolo estabelecido para as Comunidades de Reabilitação Terapêutica não são atualizados desde o ano de 2008!!!, apesar de previsto na respetiva Portaria, o que não invalida as exigências decorrentes da legislação em vigor ou de inspeções realizadas pela IGAS (Inspeção Geral de Atividades em Saúde).

Esta situação tem provocado um enorme estrangulamento financeiro das instituições, tendo já levado ao encerramento de algumas Unidades, com claro prejuízo para as Pessoas. Recordo que, neste período, só o Rendimento Mensal Mínimo subiu mais de 40%.

Presentemente, como necessidades mais urgentes, temos as necessidades diárias em termos de géneros alimentares para composição das ceias (pão, leite, fiambre, queijo, manteiga, iogurtes, fruta) e especialmente roupa interior, escovas e pastas dentes, produtos de higiene pessoal.

Concluindo, confiamos na ação do Espírito Santo, que tantos milagres faz nesta nossa CASA e CAUSA e tentamos seguir o exemplo de vida da nossa Padroeira S. Teresa de Calcutá.

Horário Félix, presidente da direção

TERTÚLIA COM ALICE VIEIRA E NELSON MATEUS

Para assinalar o Dia Mundial do Livro (23 de Abril), o Centro Social Paroquial da Azambuja organizou, no dia 26, uma tertúlia com a escritora Alice Vieira e o Nelson Mateus, autores do livro “Diário de uma avó e de um neto confinados em casa”.

A plateia do auditório encheu-se de crianças e idosos, utentes do Centro, e também alguns convidados, que ouviram os oradores e colocaram algumas questões.



Na plateia estiveram, entre outros, o vice-presidente da Câmara Municipal da Azambuja, António Matos, e a diretora do agrupamento de escolas, Madalena Tavares.

O evento contou ainda uma breve atuação do músico Carlos Alberto Moniz.

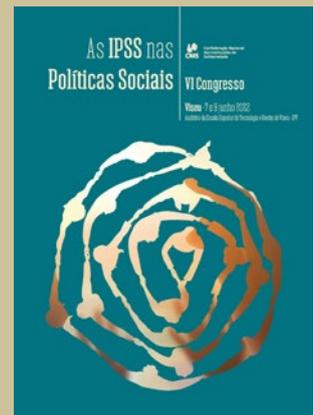
A visita ao Centro foi também brindada com o tradicional Torricado, que foi muito apreciado pelos convidados.

7 MAIO

Assembleia Geral da UDIPSS Lisboa, para apreciação do Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2021. Vai ter lugar pelas 10h, no auditório da Associação de Beneficência “Casas de S. Vicente de Paulo”, em Lisboa.

7 E 8 JUNHO

VI Congresso da CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, com o tema “As IPSS nas Políticas Sociais”. Vai decorrer no Auditório da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu – Instituto Politécnico de Viseu.



CONSIGNAÇÃO DO IRS

Até 30 de Junho, decorre a entrega da declaração de IRS, através da qual pode ser feita a consignação de 0,5% do imposto devido ao Estado, para apoiar uma IPSS.

Basta assinalar no Quadro 11, Campo 1101, uma cruz (x) no espaço referente a Instituições particulares de solidariedade social ou pessoas coletivas de utilidade pública e colocar o NIF da IPSS escolhida.

A lista das Instituições autorizadas a beneficiar da consignação pode ser consultada no Portal das Finanças.

Decorreu, no dia 5 de Abril, no Centro Social Paroquial da Azambuja, o debate subordinado ao tema “Refletir em Estratégias e Procedimentos em Saúde Mental”.





OCEANO AZUL - DANÇA INCLUSIVA

Os jovens da Casa da Rita, da associada CREVIDE (Creche Popular de Moscavide), participaram no espetáculo "Oceano Azul", com as alunas da Academia de Dança Susana Galvão Teles, no dia 29 de abril, no âmbito das comemorações da Câmara Municipal de Mafra para assinalar o dia Mundial da Dança.

Este espetáculo de dança inclusiva assegurou que todos pudessem participar, de acordo com a sua especialidade ou a sua possibilidade, em resultado de meses de ensaios e do apoio incedível de um sem número de pessoas, desde já todos os intervenientes, mas também os seus familiares, os colaboradores da Casa da Rita e em especial a Susana Galvão Teles e o patrocinador da atividade de

dança, a Marmorex II, sem os quais não teria acontecido. O auditório da Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, na Ericeira, foi pequeno para tanta procura de bilhetes e por isso foi necessário assegurar uma segunda exibição no domingo à tarde, dia 1 de maio.

"Sublime", "Extraordinário", "Lindo" foram alguns dos adjetivos que se ouviram após as atuações. Momentos destes fazem acreditar que é possível assegurar a inclusão da pessoa com deficiência.

O tema do espetáculo "Oceano Azul" tem muito de atual na chamada de atenção para os ecossistemas em risco e como devemos atuar para preservar o nosso vizinho Oceano!



@ fotos gentilmente cedidas: JORNAL O ERICEIRA



UNIÃO DISTRIAL DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES
DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE LISBOA

Rua Amílcar Cabral, nº7, r/c - D, 1750-018 Lumiar, Lisboa

21 758 1024

secretariado@udipss-lisboa.pt

www.udipss-lisboa.pt

<https://www.facebook.com/UDIPSS.Lisboa.oficial>

https://www.instagram.com/udipss_lisboa_oficial/